



## APRESENTAÇÃO

### **Residência Docente e Pedagógica: desafios e potencialidades para a formação docente**

Ao iniciarmos a apresentação deste Dossiê da Revista Instrumento sobre as Residências Docente e Pedagógica, não podemos deixar de registrar o momento histórico em que ele foi concebido e gestado: contexto de guerra e resistência.

Guerra contra um vírus que se espalhou rapidamente, provocando a pandemia de covid-19 e dizimando milhares de vítimas em todo o mundo. Guerra contra a desinformação, as *fakenews*, a negação da Ciência e da própria pandemia, principalmente pelo poder central no Brasil, que deveria zelar pela vida de seu povo, mas que, ao contrário, o enviou ao campo de batalha, sem proteção e recursos para o combate ao inimigo. Afinal, “o Brasil não pode parar”.

Resistência contra a legitimação da barbárie negacionista e do desmonte da Educação nos planos político, econômico e ideológico, materializado na implementação da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017); na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017); nas Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial de Professores (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019); nas Diretrizes Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020) e nos cortes de investimentos em Educação que acentuaram a precarização das universidades públicas e das escolas.

Em meio a um cenário de destruição, caos social e agudização das vulnerabilidades emocionais, sociais e econômicas - tanto das/os estudantes e suas famílias como das/os docentes -, professoras e professores de todo o país lutaram e se reinventaram para garantir a preservação da vida e a continuidade dos processos educativos de forma remota, a partir da compreensão da Educação como principal arma para enfrentar a pandemia do vírus, bem como a da desinformação e a da barbárie. Foi nesse contexto que os programas de Residência não só resistiram como também tiveram um papel fundamental na reinvenção dos processos educativos, conforme retratado nos textos que compõem este Dossiê.

Após quase dois anos de pandemia, junto com o nascimento deste número especial da Revista Instrumento, vemos renascer também a esperança, proporcionada pela Ciência, sempre vale ressaltar, que, por meio das vacinas, está nos possibilitando o retorno presencial gradativo e seguro às escolas.

Após essas breves notas sobre o momento histórico em que este Dossiê foi gestado, passaremos a uma contextualização dos Programas de Residência Pedagógica e Docente, no âmbito das políticas públicas voltadas para a formação docente.

### **As Residências Pedagógica e Docente e as Políticas de Formação de Professores**

As pesquisas sobre a formação de professores no Brasil vêm apontando o caráter excessivamente teórico dos cursos de licenciatura e o seu afastamento da realidade das escolas (NÓVOA, 2009; 2017; GATTI *et al.*, 2019). Tal constatação, por sua vez, tem subsidiado a elaboração de políticas para a formação docente que visam ampliar a carga de disciplinas práticas e os estágios, bem como reestruturar currículos, de modo a favorecer a inter-relação entre teoria e prática e a promover maior aproximação

entre a formação docente e a cultura profissional, buscando trazer, nas palavras de Nóvoa (2009), a formação docente para dentro da profissão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (DCN), por meio da Resolução CNE/CP n.2/2015, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), assumiram grande importância ao subsidiarem as universidades públicas no Brasil no processo de reelaboração de seus projetos pedagógicos institucionais, buscando contribuir para a formação docente, a partir da compreensão das escolas de Educação Básica como espaços privilegiados para essa formação e da indissociabilidade entre a formação docente inicial e a continuada.

Entretanto, após o golpe político, parlamentar, jurídico, midiático e sexista de 2016, que gerou uma devastadora mudança política no país, tal resolução foi derrubada, dando lugar à Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Esse dispositivo define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, BNC-Formação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019), o que representou um grande retrocesso no campo das políticas de formação de professores. Essa resolução foi publicamente repudiada pelas mais importantes entidades educacionais do país, cujas críticas foram sintetizadas por Fichter-Filho *et al.* (2021):

[...] centralização da formação em competências, um esvaziamento crítico e a possibilidade de aligeiramento da formação, em decorrência da não especificação de um tempo mínimo para efetivação dos cursos. Outro significativo retrocesso diz respeito à remoção da ideia articulada de valorização profissional, além da redução da relevância dada à formação continuada (FICHTER-FILHO, 2021, p. 953).

Além dos aspectos apontados pelos autores supracitados, Diniz-Pereira (2021) dá destaque à padronização dos currículos e seu controle pelo Estado, bem como à redução da formação docente a cursos preparatórios para aplicação da BNCC da educação básica.

Ainda sob a égide do controle ultraconservador no poder, foi promulgada a Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Esta última Resolução representa mais uma investida na tentativa de padronizar e controlar os currículos dos cursos de formação de professores, submetendo-os à BNCC da Educação Básica e à ideologia neoliberal, a partir da “pedagogia das competências” e da responsabilização das/os docentes pela própria formação.

É importante destacar que, apesar dos recentes retrocessos e descontinuidades nas políticas voltadas à formação de professoras/es, os programas de Residência Docente e Pedagógica, gestados ainda no contexto das DCNs (BRASIL, 2015) e abordados neste Dossiê, têm como potencialidade entrelaçar a formação inicial e continuada e fortalecer a parceria entre as universidades e as escolas. Além disso, visam propiciar a vivência da profissão docente, a reflexão crítica sobre os contextos de atuação profissional e sobre as práticas pedagógicas, bem como a produção de conhecimentos pelas/os professoras/es por meio da pesquisa e da práxis.

## **O Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes)**

A ideia de residência em educação vem sendo abordada há mais de uma década em nosso país, sob circunstâncias e concepções variadas, tais como: projetos de lei, experiências educativas na formação inicial ou continuada de professores e pesquisas educacionais (FARIA; DINIZ-PEREIRA, 2019). A partir de 2018, com a criação do Programa de Residência Pedagógica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), a residência para professoras/es ganhou grande notoriedade.

O Programa de Residência Pedagógica, voltado para estudantes dos cursos de licenciatura, é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo “induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso” (CAPES, 2021). Tal imersão, segundo o programa, deve contemplar atividades de regência e intervenções pedagógicas com o acompanhamento de um docente da educação básica com experiência na área em questão e sob a orientação de um docente da instituição formadora.

Segundo o Ministério da Educação (2021), tal programa contemplou mais de 35,7 mil bolsistas, entre os quais, 30 mil são discentes de licenciatura e os demais, preceptores, docentes orientadores e coordenadores institucionais atuantes na execução do programa, que envolve cerca de 3 mil escolas e 200 instituições de ensino superior.

A vigência dessas bolsas terminou em janeiro de 2020, quando foi lançado novo edital que disponibilizou até 30.096 bolsas para residentes, com duração de 18 meses, indicando o compromisso da Capes com a continuidade do programa, em um contexto de cortes profundos de investimentos em Educação. Nesse sentido, a investigação sobre as contribuições e limites do programa, conforme abordado em vários artigos e relatos que compõem este Dossiê, é de grande importância para que ele seja aprimorado.

## **O Programa de Residência Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**

No que tange à formação continuada, existem raras experiências de residência docente no Brasil, destacando-se a criação do programa experimental Residência Docente pela Capes no Colégio Pedro II, em 2011; do Projeto Residência Docente do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2013, nos mesmos moldes do primeiro; e, mais recentemente, do Programa de Residência Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Conforme citamos anteriormente, foi no contexto da promulgação das DCNs (BRASIL, 2015) que a UFJF reelaborou seu Projeto Pedagógico Institucional de Formação de Professores e também seus Projetos Pedagógicos de Cursos, construindo, em 2018, o seu Programa de Residência Docente (PRD) em articulação com a Faculdade de Educação, o Colégio de Aplicação João XXIII e os Institutos, iniciando sua primeira turma em 2019/2020 e a segunda em 2020/2021.

Tal programa, configurado como curso de Especialização *lato sensu*, dirige-se a professoras e professores recém-formadas/os (até três anos) em cursos de licenciatura, apostando na imersão no ambiente profissional, na reflexão sobre a prática e no trabalho colaborativo, como elementos fundamentais para o desenvolvimento profissional e a valorização das/dos docentes.

Segundo o projeto, o PRD visa aprimorar a formação das/os professoras/es da Educação Básica a partir do desenvolvimento de competências docentes *in loco*, de forma a complementar a educação recebida na formação inicial com a vivência em ambiente escolar de reconhecida excelência, sendo esse ambiente o Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF (CAp) e uma escola de educação infantil, tendo em vista o não oferecimento dessa modalidade de ensino pelo CAp. O programa tem duração de 12 meses, devendo ser cumpridas 60 horas semanais em regime de dedicação exclusiva. A bolsa de estudos oferecida tem o mesmo valor das residências na área de saúde, possibilitando condições para a formação e imersão na escola. As atividades do programa envolvem três áreas: docência, setores administrativo-pedagógicos e produção acadêmica.

Tendo em vista nossa participação em várias frentes desse programa, como docentes do CAp João XXIII e da Faculdade de Educação da UFJF, e movidos pela vontade de propiciar a socialização de saberes e experiências entre os diferentes programas de Residência, idealizamos e organizamos o presente Dossiê Temático da Revista Instrumento.

Nossa intenção com esta publicação é construir um espaço de troca e fortalecimento das ações já realizadas ou em curso, para ampliar os efeitos desses programas de Residência Docente e Pedagógica

para além dos espaços de formação e dos sujeitos que deles participaram. Nesse sentido, almejamos socializar e divulgar os desafios e as potencialidades dos programas em tela, fortalecendo a vocação da Universidade pública e laica de construir e fomentar conhecimentos.

## Artigos

Os dezoito artigos e cinco relatos que compõem este Dossiê apresentam uma gama diversificada de reflexões e conhecimentos constituídos a partir das práticas escolares compartilhadas, dos desafios profissionais experimentados, dos estudos e das pesquisas desenvolvidos, enfim, dos percursos formativos propiciados pelas Residências Pedagógica e Docente, de modo que o conjunto de textos aqui publicados constitui uma fonte rica de saberes docentes a serem partilhados.

O artigo intitulado *Programa Residência Pedagógica: um olhar para o percurso formativo de residentes*, de autoria de Marieley Layane Almeida de Lima e Valéria Risuenho Marques, por meio de estudo qualitativo e interpretativo, aponta a tríade observação, proposição, reflexão como elemento de grande relevância para a formação de residentes do subprojeto vinculado ao IEMCI/UFPA com atuação em duas escolas públicas de Belém-PA.

*O Programa de Residência Pedagógica e o desafio de sustentação como política de formação de professores*, de autoria de Luciana de Fátima da Silva Lana Machado e Dedilene Alves de Jesus, traz contribuições para a compreensão das políticas nacionais de incentivo à docência, compreendendo a Residência Pedagógica como um programa promissor, orientado para minimizar a distância entre teoria e prática nos cursos de formação docente.

Jorsinai de Argolo Souza e Rosemary Lapa de Oliveira, no artigo *Reflexões sobre experiências de Residência Pedagógica no Brasil*, apresentam pesquisa bibliográfica com reflexões teórico-metodológicas sobre a Residência Pedagógica que contemplam variados aspectos - históricos, políticos, ideológicos, pedagógicos - e suas relações com a formação de professores. As autoras apontam a necessidade de ampliação da investigação sobre as finalidades da Residência Pedagógica, considerando as diferentes concepções sobre teoria e prática que permeiam o Programa.

O artigo *Saberes profissionais docentes em construção em um projeto de ciências na Residência Docente da UFJF* descreve as práticas de professoras envolvidas em projeto de Ciências do Programa de Residência Docente, buscando identificar os saberes que fundamentavam tais práticas e de que forma foram utilizados. A pesquisa da autora Cláudia Avellar de Freitas contribui para a compreensão dos diferentes papéis desempenhados pelos saberes pedagógicos e experienciais na ministração dos conteúdos científicos.

Renata Bittencourt Procópio e Raniele Eveling de Rezende evidenciam, no artigo *As possibilidades e potencialidades do ensino de línguas estrangeiras na educação básica*, a relevância da inserção de mais um idioma nesse nível de ensino, argumentando a favor das diferentes capacidades das línguas estrangeiras como ponte para outras disciplinas, culturas e conhecimentos.

*Gênero textual cantiga: potencialidades para o letramento no 1º ano do Ensino Fundamental no contexto do Programa Residência Pedagógica*, de autoria de Vivianny Bessão de Assis, Marta Claudiane Ferreira e Danielle Abreu Silva, avalia uma sequência didática do gênero textual cantiga. A pesquisa contribui para a compreensão do potencial de tal gênero para o desenvolvimento nos estudantes de uma atitude leitora e produtora de textos, por meio da participação em práticas sociais observadas na família e acolhidas pela escola.

O artigo *Saberes necessários à formação do professor para a mediação do texto literário: uma experiência no Programa Residência Pedagógica*, escrito por Aparecida Suiane Batista Estevam e Diana Maria Leite Lopes Saldanha, discute a importância da mediação da leitura. A pesquisa das autoras é uma contribuição para a identificação de alguns saberes necessários à formação do professor, de modo que

tenha recursos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de práticas leitoras que agreguem "sentido à formação humana dos alunos".

Por meio de pesquisa exploratória, o artigo *A comparação entre o estágio obrigatório e o estágio desenvolvido no Programa de Residência Pedagógica e sua relevância para o ingresso na carreira docente*, de Fernanda Jardim Maia e Virgínia Mara Próspero da Cunha, revela a compreensão de licenciandas/os e professoras/es em início da carreira pública sobre o papel do estágio supervisionado para a prática docente. O texto aponta a necessidade de ampliação de estudos teórico-científicos sobre a formação e a prática docente.

Raphael Alves Feitosa e Teresa Sarmento escrevem *Proposta de tecelagem artístico-reflexiva na preparação de equipes de Residência Pedagógica no Brasil* que se propõe a apresentar um plano de atuação para os núcleos do Programa, unindo formação e pesquisa e buscando pôr em relevo a articulação entre formação inicial de professoras/es na universidade e as escolas em que atuarão os futuros educadores.

O artigo *O projeto "Pé na estrada" do Colégio de Aplicação João XXIII como ferramenta de aprendizagem significativa e valorização dos saberes tradicionais*, de autoria de Priscilla Lúcia Cerqueira de Aragão, Ana Carolina Costa Resende, Fernanda Bassoli e Fabiana Andrade Costa Vieira, discute os impactos da visita às comunidades quilombola e caiçara, da Reserva Picinguaba - SP, sobre as concepções de saberes tradicionais de um grupo de alunos do 3º ano do Ensino Médio. O estudo, feito no contexto do Programa de Residência Docente, traz contribuições para a reflexão do papel hegemônico da visão de Ciência e defende a ampliação da visão de mundo dos estudantes quanto às formas de produção de conhecimento.

A partir da análise de relatórios de professoras orientadoras e memoriais de residentes, o artigo *Formação de professores que ensinam Matemática no curso Residência Docente*, de Roselene Alves Amâncio e Ana Rafaela Correia Ferreira, busca compreender como um curso de especialização, desenvolvido de maneira coletiva e com foco no trabalho escolar, contribuiu para a formação e desenvolvimento profissional dos residentes.

Luciana Martins Lindner e Carina Morales Pereira, com o artigo *A adaptação do Programa Residência Pedagógica no Núcleo da Matemática dentro do contexto do ensino remoto na Unipampa*, revelam, por meio da observação das relações construídas remotamente entre a Universidade e a Escola Campo, o surgimento de um ambiente de ensino que possibilitou novas intervenções pedagógicas, favorecendo a articulação entre teoria e prática e a docência humanizada.

Rizia Caroline Nascimento dos Santos, Marcília de Sousa Silva e Larissa Quintão Guilherme no artigo *Contribuições do Programa Residência Pedagógica para a formação dos discentes da licenciatura em Educação Física da UFV – CAF* buscam identificar, a partir das percepções dos discentes, as contribuições do Programa Residência Pedagógica (PRP) para a formação profissional, discutindo aspectos relevantes como a formação inicial de professores e questões sobre a relação teoria e prática.

*Contribuições do Programa Residência Pedagógica na constituição de professores de Ciência da Natureza*, de autoria de Anderson Brum Rebolho, Tailine Penedo Batista e Eliane Gonçalves dos Santos, investiga, a partir de pesquisa bibliográfica, como esse programa beneficia os licenciandos a assumirem-se docentes. Além disso, o artigo apresenta os desafios, as vivências e os impactos no desenvolvimento profissional do residente.

Gabriel Batista Mota e Leonardo Lemos de Souza, no artigo *A Diversidade Sexual como debate na Residência Pedagógica: um relato de pesquisa sobre a discussão da LGBTfobia na formação de futuros professores de geografia de uma universidade pública paulista*, problematizam a falta de debate sobre a discriminação de caráter LGBTfóbico na formação docente em geografia e que se manteve na Residência Pedagógica. O texto critica a falta de desenvolvimento do assunto nas diferentes esferas educacionais.

Já no artigo *Residência Docente e questões LGBTTIQA+: transpondo barreiras heteronormativas no Ensino Remoto Emergencial (ERE)*, Gustavo Macêdo do Carmo e Fernanda Bassoli apresentam a

confeção, realização e análise de uma aula de ciências sobre gênero e sexualidade aplicada na escola. Os autores constataam que a atividade apresentada propicia uma ruptura com ações pedagógicas que promovem a marginalização dos grupos LGBTQIQA+, sobretudo ao demonstrar a sensibilidade dos alunos no tratamento dessa temática.

O uso de gráficos e estatísticas tendenciosas e como contribuir para a leitura e compreensão correta desses dados por parte de alunos do terceiro ano do Ensino Médio é o tema abordado no último artigo, intitulado *Estatísticas não mentem, mas pessoas que usam estatísticas podem mentir: a imagem como ferramenta didática na prática da residência docente*, de autoria de Cristimara Rodrigues de Castilho, Camila Vieira Rabello e Marcelo Romero.

Sandra Novais Sousa, Cristiane Ribeiro Cabral Rocha, Heloíse Vargas de Andrade e Weverlin Ferreira Brizola apresentam em seu texto *O programa de Residência Pedagógica em tempos de pandemia: em análise as experiências do subprojeto de um curso de Pedagogia de Campo Grande, MS*, uma análise documental e bibliográfica sobre as experiências proporcionadas pelo programa aos residentes de pedagogia. O relato explora também as vantagens e desvantagens da realização da Residência Pedagógica durante a pandemia para a formação docente.

## Relatos

Iniciamos a seção Relato de Experiência com o texto *Formação continuada de professores e professoras no Ensino Remoto Emergencial: desafios do Colégio de Aplicação João XXIII na Residência Docente*, das autoras Margareth Conceição Pereira e Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria, que ressalta a importância dos colégios de aplicação na formação continuada de professores/as. Ademais, as autoras evidenciam as implicações do Ensino Remoto Emergencial na reorganização escolar no que tange ao ensino e também à formação docente.

O relato *Experimentações docentes no Programa Residência Pedagógica na Escola Municipal Joaquim Mendes Contente em Abaetetuba/PA*, de autoria de Elizabeth Rodrigues da Costa, Franciscauro Fernandes da Costa e Tacimira Ferreira Cardoso, narra experiências de residentes, ressaltando a relação entre teoria e prática proporcionada pelo programa. Os autores destacam ainda a relevância da residência para a formação e o desenvolvimento acadêmico e profissional de seus participantes.

No relato seguinte, *Vivências e práticas de Alfabetização e Literacia no contexto da Residência Pedagógica: o “novo normal”*, as autoras Ana Valéria de Figueiredo, Ilda Baldanza Nazareth Duarte, Tatiana Sampaio Gomes Ribeiro e Edith Maria Magalhães também evidenciam os impactos positivos da Residência Pedagógica na formação de docentes, mesmo ao tratarem do contexto específico da pandemia do novo coronavírus. O relato tem por objetivo apresentar como as metas do Plano Nacional de Alfabetização estão sendo aplicadas na escola nesse momento denominado “novo normal”.

A iniciação à docência, seus anseios e incertezas é a temática abordada no relato *Residência pedagógica e os caminhos para docência: das incertezas à busca por inovações em sala de aula*, de autoria de André Victor da Silva Oliveira e Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro. A experiência narrada se desenvolve em três escolas de Ensino Fundamental II e de Ensino Médio e objetiva analisar a influência do chão da escola na formação de professores de História.

Encerrando este número temático da Revista Instrumento, o relato de Ricardo Desidério e Eduarda Barrado da Silva, intitulado *Residência Pedagógica na Licenciatura de Pedagogia da Unespar: um relato de experiência em tempos de pandemia*, retrata, a partir de pesquisas bibliográficas, o esforço de professores, residentes e alunos para enfrentar as dificuldades decorrentes da pandemia de covid-19. A experiência relatada sob o ponto de vista da formação em Pedagogia salienta o papel fundamental do professor na transformação da sociedade.

Convidamos leitoras e leitores a conhecerem as experiências formadoras deste número!

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 2, de 9 junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 13, 25 jun. 2015. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN22015.pdf?query=Cursos%20T%C3%A9cnicos%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN22015.pdf?query=Cursos%20T%C3%A9cnicos%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio). Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 13.415/17. Altera as Leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017a. Disponível em: Acesso em 30 nov. 2021. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2, de 22 de dezembro DE 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 2019 - Seção 1, p. 115-119. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de outubro de 2020 - Seção 1, p. 103. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), 2021. Capes dá início ao pagamento de bolsas da Residência Pedagógica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/residencia-pedagogica>. Acesso em 21 de out. de 2021

CAPES. Coordenação de Pessoal de Ensino Superior. Programa de Residência Pedagógica, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: a BNC-Formação. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 1-19, 2021.

FARIA, Juliana Batista; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Residência Pedagógica: Afinal, o que é isso? **Revista de Educação Pública**, v.28, n.68, p.333-356, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8393>. Acesso em: 21 out. 2021.

FICHTER FILHO, Gustavo Adolf; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; COELHO, JianneInes Fialho. A trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Brasil: uma análise dos textos oficiais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 940-956, mar. 2021.

GATTI, Bernadete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: Novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019, 351p.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista de Educación**, n. 350, 2009. Disponível em: <http://www.educacionyfp.gob.es/revista-de-educacion/dam/jcr:31ae829a-c8aa-48bd-9e13-32598dfe62d9/re35009por-pdf.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p.1106-1133, out./dez. 2017.

## ORGANIZADORES

### ANDERSON FERRARI

Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Educação

### CARMEN RITA GUIMARÃES MARQUES DE LIMA

Universidade Federal de Juiz de Fora/Colégio de Aplicação João XXIII

### FERNANDA BASSOLI ROSA

Universidade Federal de Juiz de Fora/Colégio de Aplicação João XXIII

### ISABELA FERREIRA LIMA

Universidade Federal de Juiz de Fora/Colégio de Aplicação João XXIII